

# A SITUACAO

JORNAL OFICIAL, POLITICO E LETTERARIO.

ASSINATURA	
POR UN ANO	12000
POR SEUS MESES	7500
NOTAS AVESO	540

PUBLICA-SE DUAS VEZES POR SEMANA EM DIAS INDETERMINADOS		
SESCREVE-SE NO ESCRIPTORIO DA TYPOGRAPHIA A' RUA ONZE DE JULHO N.º 29.		

NÃO SE RECEBE	
ASSINATURA	POR MÉS DE SEIS MESES

## AVIZO

Portanto que de ora em diante, não sejam publicadas mais juntas, juntamente com esta, correspondências ou documentos sem explicações adiante ditas.

## PARTE OFICIAL

### GOVERNO DA PROVÍNCIA

ADMINISTRAÇÃO DO EXM. SNR. GESTOR. V. JOSÉ DE MIRANDA DA SILVA REIS.

Expediente do Governo de dia 10 de Janeiro de 1873.

Ao Inspector do Arsenal de Marinha, apresentando a proposta que fez da escritura do aloucarado do estabelecimento a seu cargo, João Nicolás de Oliveira, para substituir o secretário da respectiva inspeção, Pedro Gonçalves Góis, que cumprira um dia de hontem a gozar da licença que obtivera do Governo Imperial; e outra sua que à tesouraria da fazenda fiz-se as necessárias comunicações no sentido de ser abanada ao substituto a gratificação anual de 100\$000 reis.—Comunicou-se à Tesouraria da FAZENDA.

#### Pedidos

De ferramentas para o distrito militar da cidade de Mato-Grosso.—Faz-se.

De medicamentos para a Pharmedicil.—SATISFAÇA-SE PELA TESOURARIA DA FAZENDA.

#### Requerimentos

De André Paulino de Cerqueira Cidias, amazônense da 3.<sup>a</sup> seção da secretaria do Governo, pedindo para ser provido no lugar de oficial da 2.<sup>a</sup> seção da mesma secretaria independente dos exames das matérias exigidas pelo respectivo regulamento, por já haver esfuso na Thesouraria provincial e ficando só obrigado a prestar o de história.—HABILITE-SE NA FÓRMA DE REQUERIMENTO.

DIA 11

Acto

O Presidente da Província, nomeou, sobre proposta do Inspector geral interino das Artes, o cidadão Miguel Angelo de Oliveira Pinto para exercer o cargo de inspecter dos estudos da paróquia de Santo Antônio do Rio abajo.—Fez-se as convenientes comunicações.

Ao dr. chefe de polícia, ordenando-lhe que faça cessar a prática actualmente adoptada de corresponderem-se directamente com a presidencia, em matéria do serviço policial, os delegados e subdelegados de polícia dos diferentes distritos da província e sim que a essa correspondência se efectue por intermédio de s. s. que sobre ella deverá fazer as observações que enteager.

Ao Inspector do Arsenal de Marinha, ordenando-lhe que mande preparar com a maior brevidade possível uma igarapé grande, afim de seguir para Villa Maria conduzindo fardamento e equipamento que do Arsenal de Guerra d'esta província tem de ser remetidas no batalhão 40.<sup>o</sup> de infantaria, e preventindo-lhe de que é inferior a 4 soldados, ora existentes nesta capital e que tem de seguir para aquella villa, poderão na viagem auxiliar a tripulação da dita igarapé.

#### Requerimentos

Do cidadão Estevão Alves Corrêa representando contra o Juiz municipal suplementar do termo do Rosário do Rio Grande, acompanhado de 6 documentos.

—Ao SR. DR. JUIZ DE DIREITO D'ESTA CAPITAL PARA PROCEDER COMO FOR DE LEI.

De Manoel Ignacio de Faria, pedindo para que seja annullada a praça do seu camarada José—indio de nação Teneira, ou mandar se indemnizar o supp. a quantia de 134\$240 reis que lhe deve o mesmo camarada.—A VISTA DA INFORMAÇÃO NÃO HA QUE DEFERIR.

De Maria Augusta de Azeredo, pedindo permissão para concorrer no for-

ecimento de viveres aos corpos militares e mais estabelecimentos públicos desta capital, por achar-se inhabilitada desse direito por uma Portaria da Presidencia de 24 de Desembro do anno p. p., e fazendo diversas considerações sobre o modo pelo qual actualmente se procede nos contractos para tais fornecimentos.—A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESOLVENDO, COMO O PODE FAZER QUALQUER PARTICULAR, NÃO ADMITTIR TRANSACÇÃO ALGUMA COM A SUPP., DE NENHUM MODO ENBARÇA A LIBERDADE DO COMÉRCIO DA MESMA SUPP. OU PREJUDICA SEUS BEMITOS; POR ISTO E PORQUE NÃO COMPETE ÀS PARTES ZELAR OS INTERESSES OU FISCALISAR O PROCEDIMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NÃO PROCEDENDO AS ALLEGÇÕES DA SUPP. E POR TANTO NÃO TEM LUGAR O QUE DEQUER.

#### Pedidos

De varios armamentos e utensílios para o serviço do piquete de cavalaria e de fardamento para pagamento das praças do mesmo piquete.—FORNEÇA-SE.

DIA 13

Acto

O Presidente da província nomeou, sobre proposta do dr. Juiz de direito da comarca d'esta capital, em virtude do que dispõe o art. 4.<sup>o</sup> § 7.<sup>o</sup> da Lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871, o capitão Antonio Peixoto de Souza para exercer o cargo de adjunto do promotor público no termo do Rosário do Rio Grande.—Comunicou-se e deu-se TÍTULO AO NOMEADO.

#### Expediente

Ao Juiz do paz da Freguesia de Corumbá, ordenando que aos membros da comissão encarregada das explorações para a estrada de ferro d'esta província, chegados à pouco d'aquella Villa, não negue o bom acolhimento que lhes é mister para vencerem as dificuldades que possam obstar o prompto transporte dos mesmos, antes os auxiliem com todo o zelo e boa vontade, assim da que possam concluir os

trabalhos por elles emprehendidos e de que devem resultar os maiores benefícios à esta província.

Identico à Camara municipal de Corumbá.

Identico ao chefe de polícia, para que neste sentido expça ordens ao subdelegado de Corumbá.

Ao Inspector do Arsenal de marinha, ordenando-lhe que faça preparar com urgencia e pôr á disposição do dr. chefe de polícia uma igarapé com o tudo que possa comportar duas autoridades policiais, a qual deverá ser triplicada por 5 praças do exercito que para isso ser-lhe-hão apresentadas e condusserá município de boca para 30 dias.

Ao mesmo, comunicando-lhe que, achando-se respondendo a conselho de investigação na corte do Rio de Janeiro o coronel do estado maior de 2.<sup>a</sup> classe, Carlos Augusto de Oliveira pelo facto da invasão paraguaya, que infelizmente teve lugar nesta província, epochas em que o referido coronel se achava no respectivo comando das Armas, e sendo necessário ao bom andamento de semelhante conselho que nesta província se proceda à d'inquirição, em vista da deprecata que foi enviada à presidencia pelos membros d'aquelle conselho; ha resolvido, em consequencia da falta de um coronel do exercito n'esta capital, nomear-o pelo comando das Armas membro do referido conselho d'inquirição, que tem de funcionar sob a presidencia do exm. sup. chefe d'esquadra Barão de Melgaço.

#### Pedidos

De 8 livros contendo 450 folhas, 15 e 1/2 poliegadas de comprimento e 10 1/2 de largura, para o 2.<sup>o</sup> batalhão de artilharia spé.—FORNEÇA-SE NA FÓRMA PEDIDA.

De roupas para a enfermaria militar.—O ARSENAL DE GUERRA FORNEÇA DAS ROUPAS PEDIDAS AS QUE HOUVER NO ALMOXARIFADO.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
PROVINCIAL.**

37<sup>a</sup> sessão em 22 de Novembro de 1872.  
Presidente da sessão sr. Costa Reis.

As 11 e 12 horas da manhã deita a chama, achando-se presentes os senadores António Santos Ferreira, Almeida Souza, Souza Neves, Gabriel Neves, Fernandes, Bernardo de Azevedo, Gaudie, Correia da Costa, Marinho, Vieira, Mariana Marques, e Silveira Prado.

Abre-se a sessão.

Faltam com participação os srs. Ribeiro, Silva Figueira e Louzada; e sem elas as srs. Bento e Castilho Ferreira.

O sr. 1<sup>o</sup> secretário da corte da segundaria.

**EXPERIMENTO**

Uma petição de António Augusto de Matos Barbosa, por seu procurador em quanto desistência da queixa, e processos affectos a esta assembleia contra o juiz municipal suspenso do termo desta cidade pelo ex-procurador da suspeita — A eximiu-o especial de justiça.

O sr. Souza Neves pede que se proceda à leitura da petição.

O sr. presidente recomenda a ao sr. 1<sup>o</sup> secretário, este fez.

O sr. Souza Neves, que continuava com a palavra, diz que é o que deseja ouvir. Protesta em nome (sem fôrça) da dignidade da assembleia contra este insulto que se procurava atrair em menoscabo dos lícitos e ônus da representação provincial. Com instrumento competente junto aos autos constituiu especial procurador o queixoso signatário da representação fida ante a assembleia, onde pedia em nome da lei

e de direitos concedidas uma reparação que proporcionaria processo a respeito. Esta assembleia cumprido, seu dever, como não podia deixar de fazê-lo, quando compulsa em tão veloz quanto ardido processo, em sua função à justiça, veio hoje constituir um outro procurador especial, desta cidade visando para isso algumas férias até que chegasse ao distrito de S. António um tribunale afim de lavrar e novo instrumento com intuito de anular o primitivo e a elevada missão desta assembleia. Isto é querer-se converter-lhe em moiveira ou máquina de alugas e compressão o que a degrada e o orador repõe com energia (com crescente animação). E incansável que um homem que se disse vítima da violencia e perseguição, perseguindo dois anos no impulso e diâmetro da causa vertente se com fin-

confessavel veia baixo dizer — não quero — na pretensa talvez de que o prosimento de dois annos deva ceder ao exprimir de um dia. Pois não será envilecer esta assembleia d'ella servir-se a si mesma hoje para absolver, quando para condenar, no segundo dia para subvester no processo, em vez para retirar o t. Deve-se prestar a isto? Não será esta repentina e inexplicável versatilidade o efeito de temerosos manejos? O facto de um caso tão grave não comparecer o queixoso com provas ou fundamentos da sua presente conducta ante este tribunal, ou virão menos a capital ministeriais ao seu procurador e esclarecer-l-o com informações verhas, procurando ao contrário ocultar-se para haver não justificárias as apprehensões do orador a cerca desses concertos das trevas?

Há muito que meditam e admiram para a assembleia. O crime é publico, é do dever do tribunal, por tanto seu conhecimento para absolver ou punir, e isto é claro e definido no art. 67 do cod. crim. (l. 1). Espera por tanto que o sr. presidente resolva a respeito.

Numerosos apoiados se ouvirão durante este discurso.

O sr. presidente previne ao sr. 1<sup>o</sup> secretário a remessa da petição e procuração à comissão especial de justiça, o que já não havia sido feito, por pedir a palavra o sr. Souza Neves. Entende que esta é a parte que lhe cabe no assumpto.

O sr. Souza Neves faz algumas reflexões objectivas ao acto de s. ex.

O sr. Gaudie não vê motivo para com tanto calor se exprimir o sr. deputado, falar em insulto e aviltamento à assembleia, insulto e aviltamento que a desistência de uma questão e processo não pôde occasionar. É feito em casos tales andar, retroceder ou parar a parte sem desmarcar offensa ao juiz que nada tem que ver com isso.

O nobre deputado julga menoscabada ou ludibriada a assembleia predominando os manejos, aínciando tudo acabar o mundo, o orador não pensa assim.

O sr. Souza Neves protesta contra o acabamento do mundo, que é conselho do orador, e não profiri-la por elle.

O sr. Gaudie continuando, acha que s. ex. procede nos devidos termos dando a direcção que pretende e já o disse sobre a petição. Nada do que expõe o sr. deputado, a quem responde, convence o orador de que ha o que elle descreve, e motivo para as apprehensões e desgosto manifestados com tanta animosidade e em tão alta voz.

que até o orador apesar de tudo ouviu muito bem. O orador colige das pressões do seu collega e manda com isto a fazer uma impressão com arremate que é mais segur: votada de julgar.

O sr. Souza Neves diz que ali é que está a faceta do orador.

O sr. Gaudie há de requerer votação nominal. (Promovem prolongados apartes).

Alguns senrs. deputados dizem que se é ameaça não se assustam.

O sr. presidente reclama atenção. O sr. Gaudie sabe que vai o querelado sofrer condenação. (Cruzeiro se calorosos apartes repetidos).

Alguns senrs. deputados dizem ao orador não poder elle antecipar o juizo d'assembleia, e menos preservar a intenção de seus membros. Requerem que o sr. presidente chame a ordem o orador.

O sr. presidente o faz.

O sr. Gaudie crê que é deputado e membro da comissão especial incumbida do processo, e que se lhe não inhibuirá o direito da palavra, tanto mais que ouviu o precedente orador sem interromper uma só vez; esperava pois ao menos por caridade que procedesse do mesmo modo.

E' público fôrça da casa por boatos a condamnaçao.

(Recrecem vehementes reclamações; continúam apartes e interrupções).

O sr. presidente repete a palavra ordem, isto que se restabelece o silêncio.

Alguns senrs. deputados não admitem que o orador traga à casa o que se passa fôrça d'ella em boatos tão repugnantes. Contão que o orador . . .

O sr. Gaudie: — Se sente logo. E' o que faz.

O sr. presidente, depois de outras considerações, acrescenta ter salificado o orador, dando à petição o destino que teve.

**PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA**

*Imposto de passagem sobre ponte*

O sr. Moreira Marques persuadido da utilidade do projecto que apresenta, limita-se por em quanto a enviar-o à mesa, e aguarda o juizo d'assembleia para entrar então na analyse que se fizer necessária.

Vem à mesa, apoiado, é lido, julgado o objecto de deliberação e fica para entrar na ordem dos trabalhos o seguinte projecto sob n.º 18:

\* A assembleia legislativa provincial decreta:

\* Art. 1.º Fica criado o imposto de passagem sobre a ponte do rio Coxipó

\* Art. 2.º Este imposto será cobrado na forma seguinte:

\* Por cada pessoa, 40 reis.

\* Por cada animal cavalo, mula ou vaca, 20 reis.

\* Por cada orgueiro, 120 reis.

\* Por um volume qualquer, que pesar mais de uma arroba, e que não passe em cargueira, 30 reis.

\* Por um carro vazio, 500 reis.

\* § Unico. São isentos do imposto os habitantes de dentro do povoado que transitem apê pelá ponte, e as crianças menores de oito annos.

\* Art. 3.º É proibido passarem pela ponte carros carregados.

\* § Unico. Os contraventores do artigo suprâ serão multados em cinco mil reis.

\* Art. 4.º O meio da arrecadação deste imposto será regulado conforme a presidencia da província o entender, isto é ou por administração, ou arrecadação.

\* Proj. d'assembleia legislativa provincial de Mato Grosso 20 de novembro de 1872 — Antônio Joaquim Moreira Marques. — Padre Antônio Henrique de Carvalho Ferro. — Ricardo Franco de Almeida Serra. \*

**SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA**

*Regulamento da tesouraria provincial*

Entra em 1<sup>a</sup> discussão o projecto n.º 17, aprovando, com modificação, o regulamento da tesouraria provincial.

Não havendo sido pedida a palavra, é posto a votos e aprovado.

O sr. presidente consulta à casa se é de parecer que, em occasião oportuna, passe o projecto à 2<sup>a</sup> discussão, dà ella seu assentimento.

*Licença ao inspetor da tesouraria provincial*

Entra em 3<sup>a</sup> e ultima discussão o projecto n.º 7, autorizando à presidencia a conceder seis meses de licença sem vencimentos, podendo prolongar-se até um anno, com a mesma condição, ao inspetor da tesouraria provincial.

Dado tempo a que se pedisse palavra, e não se interrompendo o silêncio, é posto a votos, aprovado e remetido à comissão de redacção para redigir conforme o vencido, concedido este ultimo acto também de consulta o assentimento d'assembleia.

Nada mais havendo a tratar, dão o sr. presidente para ordem do dia seguinte, na 1<sup>a</sup> parte, leitura d'expediente, trabalhos de comissões e outros que aparecerem; e na 2<sup>a</sup>; 4<sup>a</sup>.

discussão do projecto n.º 43 sobre orçamento provincial; e levanta a sessão meia hora depois de meio dia.

José da Costa Leite Falcão,

presidente

Conselho José Joaquim dos S. Ferreira,

1.º secretário

Luiz da Silva Prado

2.º secretário

## A pedido

**PARA O MERETÍSSIMO SNR.  
JUIZ DE ORPHÃO LER  
E MEDITAR.**

O falecido Joaquim Alves Ferreira Sobrinho era negociante matriculado que estabeleceu duas casas de botica, das quais era socio. O numero de seus credores representaria talvez o dobro de qualquer que seja a quota de seu activo, e havia cessado seus pagamentos, segundo consta, sem exceptuar os da casa commercial em que geria.

O seu socio snr. José Delfino de Almeida já havia retirado o seu capital da 1.ª das sociedades, como está verificado por um balanço; e por tanto o remanescente superior a um passivo de 18 contos é produto de tantos capitalaes emprestados à firma particular d'aquele gerente, e cujos credores não ser exeluidos de verem mesmo como se liquida tal herança, ao passo que serão obrigados a pagar aquillo que devendo á botica havião creditado já à seu credor, legitimo representante da firma, e que estava autorizado a faser tal compensação ou acceptal-a a bem de seu credito e do adiantamento que se lhe fasia.

Por sua morte apparece como seu universal herdeiro um menor, a quem foi dado tutor e curador, ad loc.

E contra essa nomeação que devemos lembar ao meretíssimo snr. Juiz de Orphões uma notável circunstancia: o snr. Joaquim Rodrigues Freire e snr. dr. Gaetano Xavier da Silva Pereira, muito suficientes para o desempenho dessa tarefa, tem com tudo incapacidade *jurídica* no caso presente, por serem credores de Joaquim Alves, e tem de faser valer seus direitos contra o orphão — Burg. Cacn. Liv. I. tit. 28 § 26 n. 26 e 27.

Onde ha dividas não ha heranca, logo não pode prevalecer a disposição do artigo 353 do cod. com. para que só são os unicos representantes na 1.ª liquidação da 1.ª sociedade, o tutor e curador do menor.

Não havendo herdeiro, por não haver heranca, são os credores que devem faser valer a seu favor as disposições do art. 300 do cod. com. citado, assim de ser nomeado novo gerente ou caixa em substituição do socio morto, e mesmo por haversó um sobrevivente.

Mas todos os credores cruzão os braços ou tem advogados e procuradores que temem dar principio a ação que encaminhe seus direitos.

Nesse caso, e na falta de se unirem terão de ver, afinal que essa 1.ª sociedade talvez ainda apresente algum difficult para ir a pro-*rota* em quase quer remanescentes da 2.ª sociedade ou bens particulares. Cuiabá 12 de Março de 1873.

### O curioso

#### RESPOSTAS INNOCENTES AO CURIOSO DE POCOMÉ.

1.º Um moço com a idade maior de 18 annos pôde ser nomeado empregado desde que esteja livre de culpa e pena e tenha bom comportamento. N'essas circunstancias sera sempre filha família ou orphão, mas não vindo na lei este facto como proibição, o executor d'ella não pôde creal-a, e é princípio corrente que aonde a lei não distingue não se pôde distinguir.

Pergunte-se agora ao Inspector de fazenda, porque nomeou ao mesmo menor collector geral?

2.º Veja-se a classe dos que não podem ser fiduciarios, e ali encontrará o contrario, a *contrario sensu*, que o tutor (melhor se diga curador) do menor é o seu mais competente fiduciario.

3.º Um menino de 11 annos não pôde, decerto, ser escrivão do Collector. Serviria, e muito bem, se o collector fosse maior de 30 annos, porque a idade desto supria aquella falta; mas, no roubo de dinheiro da repartição, ficaria sempre innocentado, embora dormindo junto ao cofre.

O collector de Pocomé é o snr. Joaquim Victorino da Costa Marques, que carrega um pesado crime, por ser irmão, e aliançado de seu irmão João Epiphânia da Costa Marques, que não se prestou à soltura dos récrus, cujas *isenção legais* podião ser tomadas em consideração por qualquer pessoa do paro!

Tem mais outra culpa: no seu primeiro mês de arrecadação apresentou uma receita de 442\$430, quando seus antecessores apresentaram; a saber:

José Pinto Gomes em 12 meses . . . . . 1.059\$440

Irinêu da Costa Ribeiro, em 12 meses . . . . . 800\$026  
Desejamos quo isto também seja lido pelo excm. snr. General presidente da província.

### O CABO CUNHA

Em um artigo que publicou o LIBERAL n.º 84, e que afiança-se não ser da lavra de Bento Jerônimo, e nem de Jerônimo Pereira, talvez, conclui-se por lançar á B. França os epithetos de *acusador embrulhador e enredador*.

E como não refisse factos, eu venho declarar alguns.

Antes de 4 de Janeiro d'este anno foi o snr. França *acusador* de Augusto Carstens, imputando-lhe má fé na compra de 6.000 couros à Maria Augusta de A. quanto da parte d'esta havia a mais escandalosa falta em contrato do mesmo genero com 3.º que a punha nas condições criminais de um estilionato. O mesmo foi *embrulhador* da causa de Ceballos, para que a snr. Maria Augusta não lhe pague 2.400 reis da compra de sapatos, que pretendeo, e não pôde impingir ao Arsenial de guerra, e que tarde ou cedo, hade vir a pagar o total da dívida e juros da mória.

Foi mais *enredador*, no sentido próprio, de faser encaminhar o bem estar da mesma Maria Augusta, que só a um genio ingrato e artilhoso deve ser desasocégo de espírito, e entende que hade conseguir sempre bons resultados com suas palavras insultosas.

A snr. Maria Augusta (ou quem escreveu o seo artigo) traga á juiz ou a imprensa as provas que quiser, sem precisão de chamada, por que não é nenhum soldado, nem jurado, mas pôde ser conhecido com o mesmo officio de *acusador, embrulhador e enredador*.

B. França conhece que não tem nem talentos, nem sôres de aristocracia, parem consola-se por não ser malo, nem inferior á condição de Bento Jerônimo, que, entretanto, já está celebrizado nas páginas do LIBERAL, por ser até seo predilecto Collector.

### O CABO CUNHA.

#### Sr. Redactor.

Lavramento 9 de Março de 1873

Aqui no Lavramento é justamente o lugaz da província que mais sozinho devia existir, se não morasse nella por exemplo, o individuo que no LIBERAL n.º 80 de 27 de fevereiro ultimô fez publicar uma acusação infundada

contra o professor, que sem ir procurar o apoio de outrem, s. s. bem de perto o conhece e que se faz digno de consideração, pela moderação e superior comportamento.

O sr. que se assignou o — protector — é velho, pela desconfiança mais ou menos que tenho de quem seja o individuo, e por isso no caso de ser considerado, no entanto que sendo de um genio turbulento e injurioso não se peja de avenir rasões sem motivo justo, dando lugar a que seja desconsiderado e até aborrecido, por exemplo: o sr. protector que motivo teve para dirigir uma carta insultuosa ao sr. tenente Domingos, só por que o sr. Domingos com seu consentimento, tirou bonitos caibros em certo mato seu?

A resposta foi, como se costuma dizer, de tirar couro, e nem podia ser de outro modo, porque, quem sem vento, colhe tempestade: é isto que não falha.

O sr. Protector revoltou-se contra o professor por supor ser elle autor da resposta; eis o grande peccado.

Pelo que se vê não foi o interesse publico mas sim o despeito que dictou a tal correspondencia, e o sr. inspector parochial zeloso como é em cumprimento de deveres, com justa razão sempre que pôde não se farta ao trabalho de bem informar acerca do comportamento do professor que na verdade é um moço distinto que muito bem tem procurado cumprir seus deveres. Ainda domingo passado, 2 do corrente, o sr. inspector parochial por si mesmo vio e verificou irem a missa 34 alunos, todos vestidos decentemente, conduzidos pelo professor debaixo de forma, e a escola em breves contará um numero de 80 alunos, tendo já 73. Já vê s. s. que a concurrencia é consequencia natural do crédito que gosa o professor, e de facto é digno de estima.

Sem pretender acrescentar couza alguma que possa trazer odiosidade porque não tenho o habito da inveja, sómente limito-me a verda e com ella fulminarei, se for preciso, ao sr. Protector.

O Lambari.

#### MOVIMENTO DAS AULAS DO SEMINARIO EPISCOPAL DA CONCEIÇÃO.

De 27 de FEVEREIRO a 8 de MARÇO  
Lições sabidas que debão os ALUMNOS  
em 8 DIAS UTÉIS.

#### Theologia Moral

José Augusto Pedroso Duarte	8 lições
Crescencio da Fonseca e Souza	6 "
Salustio Gouveia Portugal	7 2

*História Sagrada e Ecclesiastica.*  
 José Augusto Pedroso Duarte 6 lições  
 D. Henrique da Fonseca e Sousa 6 »  
 Salustio Gouveia Portugal 7 »

*Geografia e História.*

Manoel Eustáquio Virginio 7 lições  
 Feita Benedicto de Miranda 7 »  
 Antonio Caetano Botelho 5 »  
 João Nunes Bueno 6 »  
 Francisco da Costa Ribeiro 9 »

*Latim — Classe de grammatica.*

Antonio Caetano Botelho 7 lições  
 Antonio Pedroso de Barros 5 »  
 João Baptista da Fraga 5 »  
 Francisco Nunes Ferraz 0 »  
 Egydia Corrêa da Costa 7 »  
 Francisco Rodriguez de Araujo 8 »  
 Francisco Pedroso de Barros 7 »  
 Carlos Barbosa de Faria 6 »  
 João Nunes Bueno 6 »  
 José Antonio Bezerra 4 »  
 Evaristo Virginio da Silva 6 »  
 Joaquim da Costa Marques 3 »  
 Francisco L. da Costa Marques 5 »  
 João Augusto Pereira Ferro 4 »  
 Pedro d'Alcântara Canavarros 1 »  
 Romão Severo de Castilho 3 »  
 João Augusto da Costa Rondon 4 »

*Classes de tradução.*

José Felix Bandeira 7 lições  
 Rómão Luiz de Vasconcellos 7 »  
 Antonio Nunes de Barros 3 »  
 Estevão Alves Correa 8 »  
 Alexandre Pinto de Souza 7 »  
 João Baptista da Costa Garcia 7 »  
 Leopoldino M. da Costa Rondon 8 »  
 José Mathias Galvão 8 »  
 Pedro Tito do Espírito Santo 7 »  
 Aureliano Pinto Botelho 8 »  
 Francisco de Assiz Pereira 8 »  
 João Nunes de Barros 8 »  
 João Baptista Correa da Costa 7 »  
 Francisco da Costa Ribeiro 6 »

*Frances.*

José Felix Bandeira 4 lições  
 Leopoldino M. da Costa Rondon 8 »  
 João Baptista da Costa Garcia 5 »  
 Antonio Nunes de Barros 3 »  
 Francisco de Assiz Pereira 7 »  
 José da Cunha Miciot 7 »  
 Joaquim Precopio d'Alvarenga 0 »  
 José Mathias Galvão 6 »  
 Alexandre Pinto de Souza 7 »  
 João Baptista Correa da Costa 7 »  
 Secretaria do Seminario Episcopal da Conceição em Cuiabá 8 de Março de 1873.

O secretario,

Joaquim José Rodrigues Calhão

*Edizes*

O Barão de Diamantino cavalleiro da Imperial ordem da Rosa, coronel comandante superior da Guarda nacional da província de Matto-Grosso por Sua Magestade o Imperador Que Deus Guarde & &

Fago saber ao sr. Jodo do Alincourt Sabo de Oliveira, capitão da f. campanha do 8.º batalhão, e a todos aquelles que puderem e quizerem fazer chegar ao seu conhecimento, que se achando elle, por mais de seis meses, ausente sem licença do distrito de seu corpo, é declarado tal e chamado pelo presente edital para que se apresente dentro do prazo de um mês a contar de hoje, sob pena de proceder-se nos termos do Decreto n.º 3.635 de 23 de Novembro de 1865. E para que o referido lho conste, fiz lavrar e sellar com o sinete das armas do império este edital que será publicado pela imprensa e affixado no lugar do costume. Quartel do comando superior da Guarda nacional em Cuiabá, 10 de Março de 1873.

*BARÃO DE DIAMANTINO.*

A camara municipal da cidade de Cuiabá, faz público para conhecimento de seus respectivos habitantes que, para a conservação indispensável da limpeza, e conseguimento da salubridade pública, haverão trez secções parciaes de depósitos de lixos a saber:

No ponto da primeira sessão: a margem direita do correlo da Prainha, junto a ponte da travessa do Sur. dos Passos; o segundo na mesma margem ao sahir a esquerda da extremidade da travessa da Assembléa, o terceiro ao terminar-se a direita da travessa da Thesouraria o quarto, ao fixar-se a Praça da Conceição, a margem esquerda do mesmo correlo; o quinto. Logo abaixo da travessa do Assiz Pereira; e o sexto, na parte mais larga da travessa do Villas-boas, afastado do tranzito da rua Formosa, hoje da Bella vista.

No ponto da segunda sessão haverão outros tantos depósitos de lixos a saber: O primeiro na parte superior da travessa d' Alegría, hoje dos Voluntarios da Patria, ao lado da rua do Cemiterio; o segundo ao descambiar-se da montanha da travessa do Villas-boas, comprehendendo mais nesta sessão tres pontos: a saber um na travessa da Santa caza, proximo a rua da caridade, e outro no alto da rua do Mundão o ultimo na extremidade do Areão com a rua da caridade. No ponto da terceira sessão pertencente ao distrito de Pedro II, haverá igualmente os seguintes depósitos parciaes: a saber: o primeiro no fim da praça do campo d' Ourique; e o segundo

na rua do Campo atraz da Cadca publica, e o terceiro finalmente un mesma travessa e rua do Capim branco..

E para que chegue ao conhecimento de todos e não alleguem ignorancia, mandei lavrar o presente edital que será publicado pela imprensa e affixado no lugar do costume; ficando os infractores in cursos nas penas do artigo quarenta e um e seus paragraphos das posturas em vigor. Secretaria da Camara municipal da cidade de Cuiabá aos dois dias do mês de Março de mil oito centos e setenta e tres. Eu Francisco de Assiz Salles, secretario, o escrevi.

João da Costa Teixeira  
 Presidente da camara

As pessoas que estiverem nas circunstâncias de efectuar a venda dos ditos cavalos, apresentem suas propostas nesta repartição até o dia 15 do corrente.

Secretaria da thesouraria de fazenda de Mato Grosso em Cuiabá 12 de Março de 1873.

O oficial,  
 Francisco Manoel de Aranjo.

*Alvinhos**PATENTES E DIPLOMAS*

Antonio Manoel Cordeiro, procurador no Rio de Janeiro com escritório a rua do Lavradio n.º 53 A. offerece-se aos srs. officiaes de voluntarios da Patria, da Guarda nacional e da Policia que servirão no exercito contra a Republica do Paraguai, e que se achão nas provincias a sollicitar lhes na secretaria da Guerra suas patentes honorarias dos postos que servirão no exercito, e bem assim as respectivas medalhas de campanha, visto que o decreto n.º 5185 de 4 de Desembro de 1872 concedeu-lhes aquella merec. As pessoas que quiserem utilizar de seus serviços, devem enviar-lhe procuração, e fé de officio, para se poder contar o tempo de serviço, e bem assim a quantia de 50.000 reis para despesas e trabalho com a Patente e diploma de medalha, ficando certas de que o anunciante será sollicito em desempenhar as pretensões que lhe incumbirem, enviando-lhes com a brevidade possível as respectivas patentes e medalhas.

*AO 7 SIMPLES.*

Aonde ha da boa goyabada de Campos à 600 reis?

A RUA 27 DE DESEMBER N.º 48

*Alvinha atenção!!*

O abaixo assinado avisa aos seus devedores tanto de obrigação como de borrador para virem saldar suas contas, pois que da volta de sua viagem da illa de Diamantino seguirá com brevidade para o Rio de Janeiro; e desde já conta com a pontualidade de seus freguezes em virem saldar seus respectivos débitos e espera que por esse motivo não demorará sua viagem. O mesmo abaixo assinado oferece aos seus amigos e freguezes o seu inutil prestimo tanto ali como em toda a parte por onde transitar.

Cuiabá 6 de Março de 1873.

Martin Guilherme.